

## **A ESCOLA PÚBLICA COMO OBRIGAÇÃO DO ESTADO: UMA CONVERSA COM AS IDEIAS DE ANÍSIO TEIXEIRA PRESENTES EM “EDUCAÇÃO NÃO É PRIVILÉGIO”.**

Luiz Fernando Nunes

*Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO*

*E-mail: fernando@i-historia.com*

**Resumo:** Este texto tem como objetivo sintetizar as ideias do pensador da educação brasileira Anísio Teixeira (1900-1971) referente à discussão travada em um de seus textos sobre o papel do Estado na oferta de educação pública. O referencial teórico abarca parte do livro do próprio Anísio intitulado “*Educação não é privilégio*” (1994 p. 39-110), que sinaliza aspectos importantes à discussão levantada. Em complemento, recorre a outros autores que combatem a ideia de que o Estado está desobrigado de atuar em campos essenciais como o da educação.

**Palavras-chave:** História da Educação, Anísio Teixeira, Educação pública, Terceira Via.

### **INTRODUÇÃO**

Para fins de organização textual, buscaremos, ao longo dos parágrafos, realizar a apresentação das ideias de Anísio Teixeira na conjuntura de suas formulações. Tal questão mostra-se relevante considerarmos que o pensador produziu seu arcabouço teórico a partir da sociedade de então. Cabe-nos, portanto, a ressalva do olhar analítico, compreendendo perspectivas de mundo bastante singulares. Anísio se debruça sobre uma crítica histórica do Período Imperial, vinculando-o com a Proclamação da República; problematiza questões de conjuntura completamente diferentes das atuais. No entanto, o que nos interessa é verificar qual era a ideia de Anísio em relação ao Estado como órgão garantidor universal da educação. Sob essa ótica, é possível contrapor o pensamento da primeira metade do século XX ao atual, quando o papel do Estado é visto, ao mesmo tempo, como essencial e prejudicial, dependendo dos grupos sociais que realizam as abordagens.

Dessa forma, na segunda parte, o que se pretendeu foi traçar um paralelo entre as ideias de Anísio com as discussões atuais sobre o papel do Estado e sua ação no campo educacional.

## **METODOLOGIA**

Como já mencionado, o texto consiste na análise teórica de parte do texto de Anísio Teixeira, “Educação não é privilégio<sup>1</sup>” (1994 p. 39-110). Em complemento, serve-se de outros autores que, na atualidade, combatem a ideia de que o Estado está desobrigado de atuar em campos essenciais como o da educação (HARVEY, 2006; MÉSZÁROS, 2008; SANTOMÉ, 2003). O texto, portanto, faz uma análise histórica para a contraposição de pensamentos a partir de distintas conjunturas.

Trata-se, por fim, de uma revisão bibliográfica na tentativa de vincular aspectos que se mostraram atemporais ao longo das leituras realizadas.

## **DISCUSSÃO**

### ***O pensamento de Anísio e a composição do “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova”***

Anísio Teixeira é reconhecido como um dos principais nomes em defesa da educação no Brasil. Em que pese inúmeras análises atuais – favoráveis ou não – sobre suas obras e atuação junto ao campo educacional, suas ideias, difundidas através de livros próprios, revisões e relatos de outros estudiosos, filmes e documentários, além de inúmeras homenagens recebidas ao longo da vida e após sua morte, mostram que suas posições constituíram um arcabouço teórico fundamental àqueles que pretendem compreender a história da educação no Brasil, sobretudo nos anos finais do Império, passando pela Proclamação da República e pela Revolução de 1930. Seu legado, portanto, está carregado de história, transformando-o numa obra atemporal.

Anísio foi um dos signatários do documento conhecido como “*Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova*”, síntese crítica para um período onde o ordenamento Estatal não dava conta do grande déficit educacional presente na sociedade brasileira. É, também, o conagraçamento da elite intelectual do país que, sob diferentes perspectivas ideológicas, verificou a necessidade da manifestação pela educação pública. Resumidamente, o “*Manifesto*” propunha a criação de um sistema de educação pública no Brasil que garantiria o desenvolvimento nacional. Sob as forças do governo Vargas em 1932, dois anos depois, portanto, do Golpe de Estado que deu fim à política de alternância de poder entre governantes do Partido Republicano Mineiro e do Partido

---

<sup>1</sup> A versão da obra utilizada é a comentada por Marisa Cassim, publicada pela editora da UFRJ, em 1994.

Republicano de São Paulo, o documento cobrava uma posição do Governo Federal frente às desigualdades nacionais no campo educacional, bem como sinalizava que somente com educação disponível, o Brasil ascenderia ao patamar de nação democrática.

Historicamente, o início da década de 1930 foi marcado por profundas mudanças socioeconômicas nacionais. Mesmo após a Proclamação da República, em 1889, o país mantinha-se, ainda, majoritariamente agrário e dependente da exportação de café. Os grupos que dominavam a produção do gênero buscavam e dominavam também a política nacional. Com a tomada de poder pela Aliança Liberal liderada por Vargas, as mudanças ocorreram sob a perspectiva da necessidade de retirar do país sua característica monocultural agroexportadora, o que gerava inúmeros prejuízos quando da falta de compradores de café no exterior, ocasionando superprodução e queda instantânea nos preços. Ambicionava-se, portanto, por uma diversificação da economia nacional, colocando o Brasil na fila do desenvolvimento técnico industrial e na rota de entrada para um capitalismo mais maduro, garantido a parir da mão de obra assalariada nacional.

Nessa conjuntura, é Anísio que, de posse de uma revisão histórica, questiona o papel do povo nos processos de transformação do Brasil. Argumentava que a República não tinha dado conta de requerer da população suporte necessário à administração da coisa pública, ou seja, o novo sistema político não tinha adesão popular pelo simples fato de que a nação não era possuidora de efetivo conhecimento dos mecanismos de poder inaugurados após a retirada de D. Pedro II do poder. De certa maneira, concordava com a frase do republicano Aristides da Silveira Lobo que, após a Proclamação, proferiu: “*O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada*”<sup>2</sup>.

A frase já foi extensamente estudada e há inúmeras boas análises sobre ela, mas é primordial compreender que se trata de um “resumo do momento”: vivia-se uma República que não se diferenciava do Império no que se refere à concentração de poder. À margem, o povo continuava desprovido da proteção do Estado nas tarefas essenciais.

Na educação, Anísio afirmava que a centralidade do problema nacional residia justamente na construção de uma sociedade verdadeiramente democrática. Aliás, vinculava

---

<sup>2</sup> CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados. Rio de Janeiro, Companhia das Letras: 1987.

esse direito à educação à democracia; a luta pela educação e pela escola pública era um pressuposto democrático. Deixava claro, também, que a escola a que se referia não podia ser

uma escola de tempo parcial, nem uma escola somente de letras, nem uma escola de iniciação intelectual, mas uma escola, sobretudo prática, de iniciação ao trabalho, de formação de hábitos de pensar, hábitos de fazer, hábitos de trabalhar e hábitos de conviver e participar em uma sociedade democrática cujo soberano é o próprio cidadão (1994 p. 63).

Dessa exposição é que percebemos a questão central tratada por Anísio: somente com a construção de uma democracia verdadeira, pautada na universalização da educação pública, é que a democracia brasileira avançaria de fato. Não seria possível, de outra maneira, ampliar o sistema democrático num país “bestializado”, onde o povo ficava à margem dos processos de transformação política.

A solução para o problema estava na educação, único meio capaz de transformar o povo atônito em povo protagonista, cidadão e capaz de transformar-se em vanguarda no velo à coisa pública.

### ***Um tema atemporal?: Aproximações do trabalho de Anísio com a conjuntura atual***

De antemão torna-se necessário reforçar que este texto recupera questões históricas distintas da contemporaneidade.

Ressalvada a ideia de que não cabe à história a simples aproximação de um fato passado, por simples associação ou comparação, sob o perigo de conceber uma simplificação de períodos, buscamos apenas localizar o nascimento do pensamento de que a educação deve ser papel do Estado. Nesse sentido, a obra de Anísio nos auxilia ao narrar essa gênese no Brasil, mas também recupera sua história no mundo. Partimos, então, de sua obra para buscar respostas para questões como: de onde surge a ideia da obrigatoriedade do Estado com a educação? Qual é o momento onde o Estado, órgão administrativo, aparece como promotor de uma política de universalização da educação pública?

A Revolução Francesa de 1789 é o marco da contemporaneidade. Movimento que pôs fim ao Absolutismo francês é a teoria Iluminista colocada à prova. É esse o momento onde, numa de suas fases, Anísio (1994 p. 40) sinaliza nascer um ponto de partida para o provimento da educação escolar a partir do Estado. Destaca ele:

Preliminar indispensável à fixação de um ponto de partida comum é o exame da educação escolar antes de se estabelecerem as aspirações modernas da escola universal para todos, proclamadas, tão ruidosamente, na Convenção Revolucionária Francesa, como um novo estágio da humanidade. Antes desse período, toda educação escolar consistia na especialização de alguém, cuja formação já fora feita pela sociedade em rigor pela ‘classe’ a que pertencia, nas artes escolares, que não eram mais que tipos de ofícios intelectuais e sociais.

Ou seja, marca o estágio da Revolução como ponto de partida para a ideia de uma educação oferecida pelo Estado como um dever.

Adiante, (*Idem* p. 40-41) ainda Anísio explica sobre qual escola os franceses revolucionários pensavam. Não se tratava de uma escola universalizada, mas de uma instituição para uma nova concepção de mundo, inaugurada no movimento revolucionário, que daria ao homem capacidades de, a despeito de família e classe, buscar o seu lugar na sociedade.

Ora, a Revolução foi o ápice do pensamento Iluminista que colocou fim ao dogmatismo medieval substituindo-o pelo emprego da razão. Tinha a educação, portanto, lugar cativo na nova formulação de mundo moderno; era um pressuposto do Esclarecimento. Boto (1996, p.16) sinaliza que “Reivindicar uma escola única, laica e gratuita universalizada para todas as crianças de ambos os sexos, significava conferir legitimidade ao prospecto de regeneração e de emancipação inscrito naquele período que presenciava o acelerar da história”. Em 1792, Condorcet apresentou à Assembleia Legislativa Francesa um Projeto de Decreto que argumentava de forma contundente a favor da instituição pública:

Oferecer a todos os indivíduos da espécie humana os meios de prover as suas necessidades, assegurar seu bem-estar, conhecer e exercer seus direitos, conhecer e cumprir seus deveres; assegurar a cada um a faculdade de aperfeiçoar seu engenho, de capacitar-se para as funções sociais a que há de ser chamado, desenvolver toda a extensão das aptidões, recebidas da natureza, e estabelecer, desse modo, entre os cidadãos, uma igualdade de fato e dar realidade à igualdade política reconhecida pela lei; tal deve ser a primeira finalidade da instrução nacional que, desse ponto de vista, constitui para o poder público um dever de justiça (LUZURIAGA, 1959. p. 46-47).

Considerando, portanto, ser o século XVIII o período onde a educação se insere no discurso de bem universal e público, e resguardando as diferenças e sutilezas do processo francês frente ao (tardio) desenvolvimento brasileiro nesse campo, avançamos aos anos finais do século XX, onde se evidencia a substituição do discurso liberal pelo neoliberal, ou, como diz HARVEY (2006 p. 2), a “teoria sobre práticas de política econômica que afirma que o bem-



estar humano pode ser mais bem promovido por meio da maximização das liberdades empresariais dentro de um quadro institucional caracterizado por direitos de propriedade privada, liberdade individual, mercados livres e livre comércio”. O Estado interventor era (é) um mal a ser combatido no campo econômico no Liberalismo Clássico. Já no discurso neoliberal, algumas mudanças ocorreram. Marrach (2002. p. 42-43) sintetiza essas diferenças e sutilezas entre liberalismo clássico e o neoliberalismo:

Enquanto o liberalismo clássico, da época da burguesia nascente, propôs os direitos do homem e do cidadão, entre os quais o direito à educação, o neoliberalismo enfatiza mais os direitos do consumidor do que as liberdades públicas e democráticas e contesta a participação do Estado no amparo aos direitos sociais. Representa uma regressão no campo social e político e corresponde a um mundo em que o senso social e a solidariedade atravessam uma grande crise.

Criava-se, pois, um discurso pelo esvaziamento das políticas estatais a partir de um credo de ineficiência pública, ou seja, da ideia de que o Estado não seria capaz de, sozinho, gerenciar um campo tão importante quanto o da educação. Moraes (2011 p. 26) nos mostra que em vários campos do setor público prevalece uma ideia que “reforça a tendência de esvaziar o espaço público e desqualificar o Estado como instância de promoção e proteção do bem comum [...]”.

Nessa perspectiva, reafirma-se a ideia de um “credo privatista” como arcabouço justificador da inserção da iniciativa privada na educação.

Outra perspectiva – essa já contemporânea, mas fundamental à aproximação de ideias – refere-se à gênese de um novo pensamento no seio do capitalismo contemporâneo: o das parcerias entre setores da sociedade civil e do governo na promoção de políticas públicas. A partir dessa ideia, questiona-se: quem faz parte da sociedade civil (uma vez que ela é, hoje, sinônimo de reunião de “homens de negócios”, vistos como os únicos capazes de conduzir o país à vanguarda do desenvolvimento)? Quais políticas públicas?

Essas parcerias vinculam-se ao discurso do sociólogo inglês Anthony Giddens, defensor de uma política de Terceira Via, ou seja, da ideia de que o setor privado deve atuar em socorro ao Estado. A governabilidade para Giddens (2001) se daria através de parcerias e auxílios regulatórios por agências não governamentais.

## RESULTADOS

O texto, por conta do seu método bibliográfico de execução, não possui resultados práticos. Objetiva ser, portanto, mais um fonte de subsídio argumentativo a um debate tão caro aos dias atuais, ou seja, aquele que trata a educação não como negócio (ou privilégio, parafraseando a obra), mas como direito inerente a todos.

Por isso, ousa contribuir além da mera teoria, somando-se às trincheiras de luta pela educação pública, laica de qualidade e gratuita para todos.

Por fim, salientamos sua intenção de defender, além das bandeiras citadas, uma escola cidadão, inclusiva e significativa, que dê luz às faculdades intelectuais e emocionais do homem, na perspectiva de uma sociedade minimamente mais justa.

## CONCLUSÃO

A estrutura deste trabalho buscou centrar a discussão na ideia de que “*Educação não é privilégio*” é texto recorrente quando se busca analisar a história da educação brasileira nos anos finais do Império e ascensão da República.

Buscou-se, numa primeira parte, localizar a conjuntura de criação da obra de Anísio e sua atuação como defensor de políticas educacionais voltada a sanar o déficit educacional brasileiro de uma época de concentração de poder e elitismos de toda sorte. Assim, foi exposta, por exemplo, sua atuação junto a intelectuais na criação do “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova”. A partir desse ponto, o que se buscou foi sinalizar como Anísio verifica a historicidade da ideia de que caberia ao Estado o provimento de educação gratuita aos cidadãos. Vinculando educação à democracia, Anísio viaja à Revolução Francesa, marco prático do Iluminismo, para mostrar que, no período da Convenção, existe o discurso pela escola acessível ao povo, com o intuito de criar o novo cidadão. No Brasil essa ideia colocada em discussão tardiamente, a partir do movimento de 1930, mas a manutenção das desigualdades de acesso ao sistema de ensino público perdura para muito além daquela década.

Por último – como tarefa mais difícil – buscou-se vincular o discurso pela escola pública gratuita de Anísio à conjuntura do final do século XX. Foi nesse período que compreendemos existir a concepção de um discurso privatista que verifica na educação um novo campo econômico. Assim, o Estado deveria abster-se do gerenciamento da escola abrindo caminho à iniciativa privada. Para idealizar esse discurso, criou o credo da ineficiência pública, ou seja, de que o Estado é incapaz de gerir campo tão fundamental e, por isso, caberia à iniciativa

privada, local onde habitam os “homens de negócios”, capazes na administração, “salvar” a educação, transformando-a em bem privado.

A essa perspectiva bastante impopular, verificamos a criação de um novo discurso: o da Terceira Via. Fruto das reflexões de Giddens, a Terceira Via é a adequação do neoliberalismo a um discurso menos negocial. Giddens critica a veia estritamente mercadológica do neoliberalismo e, em seu lugar, conclama “parcerias”, ou seja, a participação da iniciativa privada (Terceiro Setor) nos negócios públicos.

## REFERÊNCIAS

BOTO, Carlota. **A escola do homem novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa**. São Paulo, Ed. UNESP, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**. Rio de Janeiro, Companhia das Letras: 1987.

GIDDENS, Anthony. **A Terceira Via e seus críticos**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARVEY, David. **Neoliberalismo como destruição criativa**. Revista de saúde integrada em saúde do trabalho e meio ambiente. 2006.

LUZURIAGA, L. **História da Educação Pública**. São Paulo, Nacional, 1959.

**MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, pp.188–204, ago. 2006. Disponível em [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1\\_22e.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf) Acesso em 01 mai. 2017.

MARRACH, Sônia Alem. **Neoliberalismo e Educação**. In GHIRALDELLI Jr, Paulo. *Infância, Neoliberalismo e Educação*. São Paulo, Cortez: 2002. 3. ed.

MÉZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. São Paulo, Boitempo: 2008. 2. ed.

MORAES, Dênis de. **Vozes abertas da América Latina: Estado, políticas públicas e democratização da comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2011.

NUNES, Luiz Fernando. **Do laptop ao ar-condicionado: a política e a administração da Secretaria Estadual de Educação do estado do Rio de Janeiro no mandato de Sérgio Cabral Filho – 2007/2012**. Projeto Final (Pós-Graduação) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2013.

PINHEIRO, Leandro Chasse. **A Revolução Francesa e a questão da educação pública: discursos pedagógicos que permanecem**. Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC-UFF). Disponível em <http://www.historia.uff.br/nec/revolucao-francesa-e-questao-da-educacao-publica-discursos-pedagogicos-que-permanecem> Acesso em 02 mai. 2017.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **A Educação em Tempos de Neoliberalismo**. Porto Alegre, Artmed: 2003.





TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. 6ª Ed. Comentada por Marisa Cassim. Rio de Janeiro, UFRJ: 1997.